

ACM e Jader trocam farpas no Senado

Pablo Páez
de Brasília

O plenário do Senado Federal viveu ontem um daqueles raros momentos nos quais o debate de oradores antecipa à luz questões políticas que vão além da rotina parlamentar de aprovar ou rejeitar leis, muitas das quais viram letra morta no dia seguinte. O que a assistência no salão azul viu, e a TV Senado transmitiu para o País pelo cabo, vai além das cotidianas manobras em busca de espaço na Esplanada, que não repercutem além das mesas dos restaurantes de Brasília. Ontem, enfrentaram-se os dois principais líderes da aliança situacionista, cada qual marcando posição de olho na sucessão presidencial, para surpresa dos opositores.

Os presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, baiano do PFL, e Jader Barbalho, paraense do PMDB, discursaram tentando livrar-se da impopularidade da decisão governista de fixar o salário mínimo nacional em R\$ 151,00. Horas depois, o Congresso instalou comissão especial para tratar do assunto.

Na semana passada, o Executivo saiu do brete político no qual os próprios aliados no Legislativo o haviam empurrado desde fevereiro, quando começaram a pressionar por aumento do salário mínimo. Primeiro, a manobra palaciana dividiu com os governadores estaduais o peso de um salário mínimo que mal dá para pagar a cesta básica para 1,8 milhão dos 21 milhões de assalariados com carteira assinada — segundo dados do Ministério do Trabalho. Ontem, ficou clara a segunda parte da estratégia montada pelo Planalto para sair da armadilha que todos os anos afeta a popularidade presidencial: os partidos governistas foram levados a se expor. E o choque entre os congressistas ocorreu ao vivo.

O líder do PFL havia planejado discurso para defender-se de insinuações de envolvimento com o escândalo na Prefeitura de São Paulo, feitas na véspera pela ex-mulher do prefeito Celso Pitta na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Medicamentos. Magalhães fez discurso de autodesagravo lembrando do passado político. Disse que está processando Nicéa Camargo.

Desafiou os adversários a provar qualquer pressão feita por ele para favorecer quem quer que seja. E repetiu no discurso uma tentativa que vem fazendo de livrar-se da herança política de ter apoiado o regime militar por mais de duas décadas. ACM citou episódios nos quais alega ter dado guarida a perseguidos políticos da ditadura na Bahia. Lembrou que quando era governador do estado permitiu ingresso de estudantes em Salvador, desafiando os generais. E deixou a tribuna depois de reafirmar que vai continuar pressionando por um salário mínimo maior do que o que o Planalto autorizou. Pela manhã, o PFL havia estado com o presidente da República propondo uma alternativa de escalonamento dos reajustes do mínimo até chegar ao fim do ano com o valor alcançando o que defende ACM.

Barbalho reagiu a ACM. Isentou-o das denúncias de Nicéa Camargo,



Antonio Carlos Magalhães



Jader Barbalho

mas não poupou o presidente do Senado no caso do salário mínimo. Calados, os tucanos do partido do presidente viram Barbalho seguir a linha de raciocínio de FHC, que cobra da base parlamentar apoio às decisões do Palácio. O presidente do PMDB disse estranhar que o ministro Waldeck Ornêlas, seguidor de ACM, discorde do padrinho político quando diz que aumento superior ao dado por FHC quebraria a Previdência. “Assim não dá”, gritou Barbalho na tribuna, sinalizando que não assumiria sozinho a responsabilidade de sustentar a decisão do governo enquanto o PFL insiste em correr por fora.

ACM devolveu a crítica chamando Barbalho de intrigante. Magalhães afirmou que Barbalho pretendia incompatibilizar o ministro da Previdência com Fernando Henrique Cardoso, ele pouco se importava. Disse que não lhe cabia preservar ministro no cargo. E retrucou que Barbalho “enveredou pelo seu hábito de fazer intriga.” O líder do PMDB encerrou a discussão

negando que quisesse fritar Ornêlas e rejeitando a alcunha.

O líder do PPS, pernambucano Roberto Freire, também entrou na polêmica. Propôs uma fórmula consensual de aumento escalonado em dez anos para recuperar o poder de compra do salário mínimo, pivô do debate entre os líderes da base governista. E aproveitou para fazer um reparo à fala de Magalhães. Lembrou que o encontro estudantil em Salvador, que ACM se vangloriara de ter permitido, ocorrera em 1979. “Lá estive”, lembrou. “Estávamos a meio caminho de aprovar a anistia no Congresso”, contou. “Portanto, o movimento democrático já tinha adquirido tanta força que até alguns setores que sempre sustentaram a repressão naquele momento deram um primeiro passo para derrotar o regime em 85”. O senador disse ainda que fazia aquele “pequeno reparo” porque senão “a história vai ser contada pelos que venceram ontem e que hoje estão derrotados na repressão, da limitação, da anti-democracia”.